

IV SEMANA DO CONHECIMENTO

COMPARTILHANDO E FORTALECENDO REDES DE SABERES

6 A 10 DE NOVEMBRO DE 2017



Marque a opção do tipo de trabalho que está inscrevendo:

Resumo

Relato de Caso

"Ninguém tem pena do índio que não usa pena": o projeto de nacionalização indígena na região norte do Rio Grande do Sul (década de 1940)

AUTOR PRINCIPAL: Alex Antônio Vanin

CO-AUTORES:

ORIENTADOR: João Carlos Tedesco

UNIVERSIDADE: Universidade de Passo Fundo

INTRODUÇÃO:

O presente trabalho tem por objetivo analisar a política indigenista empregada pelo Serviço de Proteção aos Índios durante a década de 1940, na região norte do Rio Grande do Sul, correlacionando-a ao projeto de nacionalização encampado durante o período do Estado Novo. A análise de tal recorte espacial e temporal é crucial para a compreensão acerca de intenções, ações e intervenções perpetradas pelo Estado Brasileiro em prol da incorporação das populações indígenas do território aos moldes de um projeto amplo que visava a construção de uma identidade nacional brasileira, que acabou deixando marcas na composição étnico-cultural dessas populações.

DESENVOLVIMENTO:

As fontes para a composição deste estudo concentram-se no acervo digital disponível online pelo Museu do Índio-RJ, que salvaguarda grande parte da documentação do SPI referente ao período escolhido: relatórios, ofícios, correspondências, boletins, minutas, telegramas, material cartográfico e fotográfico.

Em fins da década de 1930, durante o período do Estado Novo (1937-1945) o projeto varguista de nacionalização, encampado em aberta campanha a partir de 1938, teve múltiplas abordagens, direcionamentos e objetivos a serem sagrados através da execução de medidas reguladoras de determinadas expressões culturais,

IV SEMANA DO CONHECIMENTO

COMPARTILHANDO E FORTALECENDO REDES DE SABERES

6 A 10 DE NOVEMBRO DE 2017



comportamentos cívicos, ordenamentos institucionais escolares, dentre outros. A nacionalização, nesse sentido, adentrava a diversos âmbitos da sociedade brasileira, influenciando – e censurando – as práticas de relacionamento, convivência e sociabilidade de diversos grupos étnicos da época.

Entretanto, o projeto de nacionalização pretendido estendeu-se para além da censura de reprodução de práticas culturais de imigrantes e descendentes de estrangeiros. A nacionalização foi projetada para alcançar também as populações indígenas do território brasileiro, sendo realizada através de ações do órgão indigenista vigente, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI).

Na região do Rio Grande do Sul, as populações de indígenas kaingang e guarani, contatados pelo SPI em 1910, já estabeleciam-se de forma sedentária no território. Nesse contexto, o SPI atuou através da criação dos Postos Indígenas de Nacionalização (PIN) que, como o próprio nome já suscita, foram concebidos como um plano de ação explícito e alinhado às propostas de assimilação das populações indígenas do período, sendo encampados nas áreas indígenas de Nonoai, Cacique Doble, Guarita e Ligeiro.

A ação do SPI junto aos nativos primava pelo abandono de técnicas rudimentares de cultivo da agricultura de subsistência em função da racionalização das técnicas agrícolas, a fim de criar um sistema de produção gerador de lucro à comunidade; os postos também contariam com estabelecimentos voltados ao beneficiamento das culturas produzidas, operados pelos próprios indígenas. Nas escolas dos Postos de Nacionalização, ficava ao encargo do professor, ao tratar dos conteúdos, enfatizar e aprofundar para as crianças o ensino da história pátria, como meio de inserção de valores cívicos e morais voltados ao projeto de construção da identidade nacional projetada para o período. Dessa forma, a educação indígena se estabelecia através do culto aos símbolos da nação, às figuras de destaque da História, ao hino e às datas nacionais, mecanismos inerentes à construção de um ideário de identidade e de pertencimento nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A nacionalização do indígena, portanto, figurava como uma das principais linhas de ação do SPI a partir da regulação dos anos 1940. Promover a interação e posterior incorporação de técnicas agrícolas e a educação formal se apresentaram como centrais para o projeto de construção da identidade nacional brasileira que se tentava consolidar



IV SEMANA DO CONHECIMENTO

COMPARTILHANDO E FORTALECENDO
REDES DE SABERES

6 A 10 DE NOVEMBRO DE 2017



durante o período de duração do Estado Novo, instituindo visões acerca das populações indígenas que permanecem até a atualidade.

REFERÊNCIAS:

BRINGMANN, Sandor F. Entre os índios do sul: uma análise da atuação indigenista do SPI e de suas propostas de desenvolvimento educacional e agropecuário nos Postos Indígenas Nonoai/RS e Xapacó/SC (1941-1967). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2015. Tese (Doutorado em História).

MARTINS, José de Souza. Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

SIMONIAN, Lígia T. L. Terra de Posseiros: um estudo sobre as políticas de terras indígenas. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1981. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social).

NÚMERO DA APROVAÇÃO CEP OU CEUA (para trabalhos de pesquisa): Número da aprovação.

ANEXOS:

Poderá ser apresentada somente uma página com anexos (figuras e/ou tabelas), se necessário.